



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE - HISTÓRIA OU MUSEOLOGIA

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos, em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para a folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

No romance *Dom Casmurro*, o narrador faz uma descrição de um personagem do seguinte modo:

“Levantou-se para ir buscar o gamão, que estava no interior da casa. Cobiçava-me muito à parede, e vi-o passar com as suas calças brancas engomadas, presilhas, rodapé e gravata de mola. Foi dos últimos que usaram presilhas no Rio de Janeiro, e talvez neste mundo. Trazia as calças curtas para que lhe ficassem bem esticadas. A gravata de cetim preto, com um arco de aço por dentro, imobilizava-lhe o pescoço; era então moda (....). Era magro, chupado, com um princípio de calva; teria os seus cinquenta e cinco anos”.

A descrição desse personagem tem base:

- (A) predominantemente física, com traços psicológicos;
- (B) predominantemente psicológica, com traços físicos;
- (C) sociológica, explorando sua atividade profissional;
- (D) física, psicológica e sociológica;
- (E) predominantemente sociológica, com traços físicos.

2

Observe a tradução de um fragmento textual francês:

“Na origem, a casa tinha sido acoplada a um computador, como tantas outras, a um computador previsorial encarregado de a fazer evoluir em função dos cálculos de probabilidade de que se alimentava a máquina. A eventualidade de um inverno frio fazia com que surgisse um engrossamento progressivo das paredes, num isolamento reforçado. Uma dupla camada de telhas crescia lentamente sobre o teto, uma lareira suplementar emergia do solo como um legume perfurando a terra de um jardim.”

Trata-se, no caso, de uma narrativa de ficção científica; a característica desse gênero narrativo que se aplica a esse segmento textual, é:

- (A) localização em um tempo futuro, que é visto como passado, a ponto de ser narrado;
- (B) narrativa que envolve um mundo cujos elementos são completamente desconhecidos do leitor atual;
- (C) apresentação de uma visão pessimista do mundo futuro, governado por máquinas incontroláveis;
- (D) sugestão de uma tecnologia avançada, não criada pelos humanos, mas por seres superdotados;
- (E) narrativa em que o próprio narrador mostra desconhecimento da realidade narrada.

3

Um escritor espanhol, conhecido por sua preocupação com o idioma, produziu a seguinte frase: “Estudar latim é como colocar as palavras para fazer ginástica”.

Isso significa que:

- (A) o estudo de latim é hoje uma tarefa inútil, pois os estudos históricos perderam valor;
- (B) o conhecimento do latim melhora a qualidade redacional de nossos textos;
- (C) estudar a língua latina faz com que se acrescentem muitos novos vocábulos aos dicionários;
- (D) o aprendizado da língua latina é indispensável para o conhecimento de nosso próprio idioma;
- (E) estudar latim faz com que aprofundemos o conhecimento das palavras.

4

“Por que você escreve? A essa pergunta Balzac respondeu: para ser rico e célebre. Outros responderão certamente: porque é um ato necessário a meu equilíbrio psíquico, eu escreveria mesmo que eu não fosse publicado. Essas são as duas respostas extremas. Eu direi quanto a mim: para ser lido. Eu me considero como um artesão em sua oficina, aperfeiçoando esse objeto manufaturado destinado a ser vendido, um livro. Um livro é uma criação, que comporta um primeiro e um segundo grau. No primeiro, eu invento uma história e personagens. No segundo, o leitor se apoia no que inventei e persegue minha criação para torná-la sua. E como toda criação traz alegria, há para mim uma dupla felicidade: a de criar e a de suscitar uma criação entre meus leitores. Eu acendo um fogo que me dá calor e luz, mas eu o expando e observo milhões de pequenas luzes tremulando sobre toda a terra, feitas nos espíritos e corações por minhas obras” (Michel Tournier, *Libération*, 1985).

Sobre a significação desse pequeno texto, é correto afirmar que:

- (A) segundo o texto, no fundo, todos escrevem pelo mesmo motivo: tornarem-se ricos e célebres;
- (B) em resumo, os escritores pretendem trazer felicidade aos homens, mesmo que não sejam publicados;
- (C) o autor do texto responde à pergunta inicial, apoiado em sua experiência pessoal, destacando o poder da criação;
- (D) escrever é uma experiência que requer dedicação e trabalho a fim de que o livro possa ser amplamente consumido;
- (E) os autores criam histórias e personagens para que os leitores se sintam motivados a criarem os seus.

5

“O gerente da empresa comentou que, com a futura chegada dos bombeiros, o incêndio seria controlado e a produção poderia ser entregue dentro do prazo.”

A argumentação do gerente mostra um problema, que é:

- (A) a fuga do assunto, já que o foco deveria ser o incêndio;
- (B) uma generalização excessiva já que nem todos os incêndios conseguem ser apagados a tempo;
- (C) um argumento autoritário, já que ele sozinho decide o que fazer com a produção;
- (D) a apresentação de uma possibilidade como certeza;
- (E) o estabelecimento de uma relação equivocada entre causa e efeito.

6

Um dos problemas continuamente apontados em textos escritos é o da repetição de termos idênticos; em todas as frases abaixo, esse problema foi combatido por meio de substituições.

A opção em que a substituição foi realizada por meio de um processo diferente dos demais, é:

- (A) O coronel tinha muito orgulho da farda, como ocorre com a grande maioria dos militares;
- (B) Essa noite relampejou e trovejou muito, e os pobres cachorros, com medo desses fenômenos, latiram desesperadamente;
- (C) Subir e descer escadas, caminhar uma hora por dia foram exercícios recomendados pelo médico do idoso;
- (D) Os alunos pretendiam homenagear a professora, mas nem todos os alunos concordaram com a homenagem;
- (E) Era muito simpático, característica que todos admiravam nele.

7

Entre as opções abaixo há um termo destacado cujo referente se encontra após a sua enunciação, exemplificando o que se chama de “catáfora”; a opção em que isso ocorre, é:

- (A) Todos aqueles que os citam são admiradores dos ministros;
- (B) O quadro, ele foi adquirido ontem;
- (C) Choveu muito e isso não surpreende mais;
- (D) Não vi o buraco onde caíram os óculos;
- (E) A semana em que ele chegou foi no início do mês.

8

A frase abaixo que mostra ambiguidade em função de NÃO se poder distinguir agente e paciente, é:

- (A) O chefe encontrou o funcionário em seu gabinete;
- (B) A criação da instituição demorou mais do que se esperava;
- (C) João e Maria se casaram ontem;
- (D) Encontrei o assaltante andando pela rua;
- (E) Chamar os bombeiros já ficou na moda.

9

A opção abaixo em que está presente uma forma interrogativa indireta é:

- (A) A classe política declarou-se satisfeita após a publicação do calendário eleitoral;
- (B) Os sindicatos e os representantes patronais retomaram seus afazeres;
- (C) As empresas de computação ainda não sabem quando vão instalar os novos computadores;
- (D) Por que todos os adolescentes parecem inventar o mundo de novo?
- (E) Todos sabem quanto custa esse automóvel.

10

A opção abaixo em que a forma verbal destacada mostra fatos anteriores em relação aos outros é:

- (A) Quando a guerra da Ucrânia terminar, muitos vão voltar ao país;
- (B) Ela já terminara os exercícios quando os pais chegaram para levá-la;
- (C) O diretor entrou em sala quando a maioria já saía;
- (D) O professor estava no quadro quando o aluno entrou;
- (E) Todos vão saber o resultado amanhã à tarde.

11

Observe a seguinte explicação, retirada de uma gramática de língua portuguesa: “O adjetivo é uma das classes de palavras, caracterizada por ser variável em gênero e número, determinante de um substantivo ou pronome substantivo, expressando estado, característica, qualidade ou relação”.

Sobre esse pequeno texto explicativo, é correto afirmar que o texto:

- (A) se estrutura a partir de uma pergunta explícita, seguida de uma resposta que lhe dá explicação;
- (B) comporta definições, destacadas por palavras que as apresentam;
- (C) mostra muitos conectores lógicos, que introduzem explicações;
- (D) mostra termos especializados não explicados em função de dirigir-se a leitores com certos conhecimentos;
- (E) mostra comparações e esquemas que permitem visualizar a explicação de forma mais clara.

12

Um livro intitulado *A Língua Portuguesa e o Modernismo* traz algumas modificações ocorridas na norma culta de nossa língua na época moderna; a opção abaixo que mostra uma dessas modificações seguida de um exemplo que a comprove, de forma adequada, é:

- (A) uso do pronome “ele/ela” como objeto direto, em lugar de “o/a”: “Nós vimos que ele não chegaria a tempo”;
- (B) uso do pronome “mim” em lugar de “eu”: “Para mim, trabalhar lá deve ser um sacrifício”;
- (C) emprego de pronome oblíquo solto entre dois verbos: “Ele foi se pentear no espelho do banheiro”;
- (D) utilização do verbo “ter” em lugar de “haver”: “Ele não tinha mais o que fazer no trabalho”;
- (E) uso da forma “lhe” em lugar de “o/a”: “Eu lhe entreguei os livros prometidos”.

13

Todas as frases abaixo trazem metáforas ou comparações; a opção em que o motivo da comparação está identificado de forma adequada, é:

- (A) Meu pai sempre trabalhou como um escravo / com baixos salários;
- (B) O carro passou pela avenida como um foguete / soltando fogo pelo cano traseiro;
- (C) O menino declarou que a avó parecia uma bruxa / andava com uma vassoura;
- (D) Em sala de aula, meu professor de História parecia uma biblioteca / carregava muitos livros consigo;
- (E) A sala de jantar dos meus avós era tal qual um museu / cheia de coisas velhas e malcuidadas.

14

Todos os pensamentos abaixo trazem orações adjetivas destacadas; a opção em que essa oração foi substituída por um adjetivo de forma adequada, é:

- (A) Uma ideia medíocre que desperta entusiasmos irá mais longe que uma grande ideia que não inspira entusiasmo algum / motivadora;
- (B) Nosso grande erro é tentar obter de cada um as virtudes que não possuem e desdenhar o aprimoramento das que possuem / encarecedoras;
- (C) A única coisa que vem sem esforço é a idade / inevitável;
- (D) Há mais pessoas que desistem do que pessoas que fracassam / desestimuladas;
- (E) Não se pode confiar em quem não confia em ninguém / nos confiantes.

15

“Aconteceu aos verdadeiros sábios o que se verifica com as espigas de milho, que se ergueram orgulhosamente enquanto vazias e, quando se enchem e amadurece o grão, se inclinam e se dobram humildemente. Assim esses homens, depois de tudo terem experimentado, sondado e nada haverem encontrado nesse amontoado considerável de coisas tão diversas, renunciaram à sua presunção e reconheceram a sua insignificância.”

Sobre a base argumentativa desse pensamento de Montaigne, é correto afirmar que:

- (A) a tese do texto é a de que os verdadeiros sábios se inspiram nas espigas de milho;
- (B) o argumento básico do texto é de base comparativa, citando o exemplo das espigas de milho;
- (C) a argumentação apresentada é a experiência pessoal do autor, filósofo e escritor;
- (D) o público-alvo do texto são os verdadeiros sábios, que não interrompem a trajetória do aprendizado;
- (E) a lição do texto é a de que a humildade, também na natureza, só não é seguida pelos verdadeiros sábios, por já possuírem o conhecimento.

16

Todas as frases abaixo foram iniciadas com o vocábulo “Segundo”, com noção de conformidade; se eliminarmos das frases esse vocábulo, mantendo-se o sentido original, a única forma adequada é:

- (A) Segundo a Fifa, o jogador do Grêmio deve ser suspenso por três anos / A Fifa manda que o jogador do Grêmio seja suspenso por três anos;
- (B) Segundo o regulamento do prédio, o morador que deixou lixo no corredor deve ser multado / O regulamento do prédio comenta que o morador que deixou lixo no corredor devesse ser multado;
- (C) Segundo o Denatran, ninguém pode dirigir sem carteira de habilitação / O Denatran instrui como obter-se a carteira de habilitação, que é obrigatória;
- (D) Segundo o edital do concurso, a prova tem a duração de quatro horas / O edital do concurso ordena que a prova tenha a duração de quatro horas;
- (E) Segundo o Serviço de Meteorologia, as chuvas não vão cair neste final de semana / O Serviço de Meteorologia preceitua que as chuvas não vão cair nesse final de semana.

17

Entre os segmentos abaixo, aquele que se mostra bastante objetivo, sem pormenores inúteis, repetições desnecessárias ou redundâncias, é:

- (A) Cada candidato, individualmente, terá acesso às informações do concurso por meio de uma senha particular;
- (B) O governo deve devolver ao povo o valor do empréstimo temporário cobrado no preço dos alimentos;
- (C) Ocorreu uma verdadeira balbúrdia no momento em que Trump entrou no tribunal;
- (D) Na volta da guerra, os militares receberam amor e afeto de seus familiares, que os aguardavam ansiosos;
- (E) Os atletas ficaram desestimulados ao se depararem com a grande quantidade de obstáculos na pista.

18

Os segmentos destacados em cada uma das frases foram substituídos por um só vocábulo de mesmo sentido, com a ajuda de um afixo (prefixo e sufixo); a única frase em que esse procedimento foi feito de forma adequada, é:

- (A) O paciente mostrava uma inflamação conjunta dos órgãos do sistema urinário / uma conjuntivite;
- (B) A câmara descoberta há pouco tempo na pirâmide do Egito foi uma enorme surpresa arqueológica / pré-descoberta;
- (C) Analisar-se a si mesmo continuamente é um bom caminho para a paz interior / autoanalisar-se;
- (D) O Rio de Janeiro está sendo visitado de novo / retrovisitado;
- (E) Tudo estava explicado de forma geográfica / geoidemente.

19

A frase abaixo que apresenta uma relação lógica corretamente estabelecida, é:

- (A) audição está para som como paladar está para língua;
- (B) livro está para capa como travesseiro está para fronha;
- (C) álcool está para alcoolismo como droga está para traficante;
- (D) tecido está para desbotar como papel está para rasgar;
- (E) mestre está para discípulo como professor está para escola.

20

Uma das estratégias de diminuir o ser humano é usar para ele vocábulos empregados somente ou também para coisas (reificação); a frase abaixo em que foi empregado esse processo, é:

- (A) Apesar de craque, em alguns jogos Pelé parecia desligado;
- (B) Nem toda pessoa domina os nervos;
- (C) Os professores não perdem a paciência facilmente;
- (D) Havia grande quantidade de pessoas na festa;
- (E) Os artistas prometeram fazer um bom show.

Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo

21

João, ocupante de cargo de provimento efetivo no Município Alfa, ente federativo que possui Regime Próprio de Previdência Social, foi eleito para o cargo de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado Beta. O Estado Beta também possui regime próprio de previdência social.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que João, ao iniciar o exercício do mandato eletivo de deputado estadual:

- (A) será filiado ao regime geral de previdência social;
- (B) será filiado ao regime próprio de previdência social do Estado Beta;
- (C) permanecerá filiado ao regime próprio de previdência social do Município Alfa;
- (D) poderá optar pela filiação ao regime próprio de previdência social, qualquer que seja ele, ou pelo regime geral de previdência social;
- (E) poderá optar pela filiação ao regime próprio de previdência social do Estado Beta ou ao regime próprio de previdência social do Município Alfa.

22

O Estado Alfa, no exercício de competência legislativa concorrente com a União, editou a Lei nº XX. Esse diploma normativo dispôs sobre temática em relação à qual a União ainda não tinha legislado. Poucos anos depois, a União editou a Lei nº YY, que veiculou normas gerais sobre a temática em sentido totalmente diverso daquele realizado pela Lei nº XX.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) a Lei nº YY, por ser superveniente, revogou a Lei nº XX;
- (B) a Lei nº YY apenas suspendeu a eficácia da Lei nº XX, não a revogando;
- (C) a Lei nº XX se tornou inválida em razão da superveniência da Lei nº YY;
- (D) a Lei nº XX é inconstitucional, pois não poderia ter sido editada sem a prévia edição de lei da União;
- (E) a Lei nº XX, em razão do princípio da prevalência do interesse, continuará a ser aplicada no Estado Alfa.

23

Johan, de nacionalidade austríaca, faleceu e deixou duas herdeiras, Joana e Marya, suas filhas, tendo a primeira delas dupla nacionalidade, a brasileira e a austríaca, e a segunda, nacionalidade austríaca. Embora tenha falecido na Áustria, Johan deixou bens no território brasileiro.

Em razão desse quadro, Joana procurou um advogado e o questionou a respeito da lei que deveria reger a sucessão dos bens situados no Brasil, considerando a sua situação pessoal e a do seu falecido pai.

O advogado respondeu, corretamente, que:

- (A) como Joana tem nacionalidade austríaca, a sucessão seria regida pela lei austríaca;
- (B) a sucessão será regida pela lei brasileira, caso a lei austríaca não seja mais favorável a Joana;
- (C) a sucessão será regida pela lei brasileira em relação a Joana e pela lei austríaca em relação a Marya;
- (D) a sucessão será regida pela lei brasileira, salvo se Johan, em testamento, dispôs que seria aplicada a lei austríaca;
- (E) a sucessão deve ser obrigatoriamente regida pela lei brasileira, considerando o local em que os bens se encontram.

24

Antônio, que atua em uma empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado e competência para promover a coleta de lixo domiciliar no Município Alfa, distraiu-se, no exercício de sua função, e causou danos ao automóvel de Maria. Apesar das desculpas de Antônio, Maria disse que adotaria as medidas judiciais necessárias para o ressarcimento dos danos que sofrera.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Maria deve ajuizar a ação de reparação de danos em face de:

- (A) Antônio e, caso este agente não possua bens suficientes para o ressarcimento do dano, poderá postular a responsabilização de Alfa;
- (B) Antônio, não sendo cabível a responsabilização de Alfa, que somente está presente quando seus agentes atuam com dolo;
- (C) Antônio, não sendo cabível a responsabilização objetiva de Alfa, isto por ter personalidade jurídica de direito privado;
- (D) Alfa, sendo que este ente não tem direito de regresso contra Antônio, que não atuou com dolo;
- (E) Alfa, tendo este ente direito de regresso contra Antônio, que agiu com culpa.

25

Ana, brasileira nata, era casada com Johan, de nacionalidade holandesa. Ao ver de Ana, o fato de ter uma nacionalidade distinta da do marido seria algo negativo e prejudicial à solidez da família. Por tal razão, decidiu se naturalizar holandesa, o que efetivamente foi feito.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Ana:

- (A) terá declarada a perda da nacionalidade brasileira;
- (B) tem dupla nacionalidade, a holandesa e a brasileira, já que esta última só será cancelada caso Ana o requeira;
- (C) tem dupla nacionalidade, a holandesa e a brasileira, considerando a impossibilidade de dispor desta última;
- (D) terá declarada a perda da nacionalidade brasileira, caso não requeira a sua manutenção nos cinco anos seguintes;
- (E) perdeu a nacionalidade brasileira, que será automaticamente restabelecida caso renuncie à nacionalidade holandesa.

26

1º cenário: Matheus, policial penal no Estado do Rio Grande do Norte, em um dia de folga, comparece a um bar local, para assistir ao jogo de futebol do seu time de coração. Irritado em razão da derrota na partida, Matheus desfere um soco no rosto de um torcedor do time rival.

2º cenário: João, delegado de polícia, ao conduzir a viatura policial de forma negligente, acaba por colidir e derrubar um pequeno muro de uma propriedade particular.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante quanto à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que:

- (A) no 1º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, em razão das agressões praticadas por Matheus, que não deixa de ser agente público por estar no período de folga. Contudo, o valor indenizatório não será integral, considerando que, no momento do ato, não havia exercício de função pública. No 2º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, de natureza objetiva, à luz da teoria do risco integral;
- (B) no 1º cenário, não há por que se falar em responsabilização civil do Estado, considerando que Matheus, ao agredir o torcedor rival, não estava no exercício da função, tampouco atuou em razão desta. No 2º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, de natureza subjetiva, à luz da teoria do risco administrativo;
- (C) no 1º cenário, não há por que se falar em responsabilização civil do Estado, considerando que Matheus, ao agredir o torcedor rival, não estava no exercício da função, tampouco atuou em razão desta. No 2º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, de natureza objetiva, à luz da teoria do risco administrativo;
- (D) no 1º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, em razão das agressões praticadas por Matheus, que não deixa de ser agente público por estar no período de folga. No 2º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, de natureza subjetiva, à luz da teoria do risco administrativo;
- (E) no 1º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, em razão das agressões praticadas por Matheus, que não deixa de ser agente público por estar no período de folga. No 2º cenário, há responsabilidade civil imputável ao Estado, de natureza objetiva, à luz da teoria do risco integral.

27

João, agente público de direito, editou um ato administrativo sancionatório, punindo um subordinado que violou o regime jurídico administrativo, após a observância do contraditório e da ampla defesa, consecutórios do devido processo legal.

Nesse cenário, considerando os elementos do ato administrativo e as disposições da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que:

- (A) o motivo e a motivação são elementos dos atos administrativos, ao lado da competência, da forma, da finalidade e do objeto. O motivo diz respeito às situações de fato ou de direito que justificam a edição do ato administrativo. A motivação, por outro lado, é a exteriorização dos motivos, exigível no caso concreto, em razão da natureza sancionatória do ato administrativo;
- (B) o motivo e a motivação são elementos dos atos administrativos, ao lado da competência, da forma, da finalidade e do objeto. A motivação diz respeito às situações de fato ou de direito que justificam a edição do ato administrativo. O motivo, por outro lado, é a exteriorização da motivação, exigível no caso concreto, em razão da natureza sancionatória do ato administrativo;
- (C) o motivo e a motivação são elementos dos atos administrativos, ao lado da competência, da forma, da finalidade e do objeto. A motivação diz respeito às situações de fato ou de direito que justificam a edição do ato administrativo. O motivo, por outro lado, é a exteriorização da motivação, inexigível no caso concreto, em razão da ausência de previsão legal;
- (D) o motivo é elemento dos atos administrativos, ao lado da competência, da forma, da finalidade e do objeto. O motivo diz respeito às situações de fato ou de direito que justificam a edição do ato administrativo. A motivação, por outro lado, é a exteriorização dos motivos, exigível no caso concreto, em razão da natureza sancionatória do ato administrativo;
- (E) o motivo é elemento dos atos administrativos, ao lado da competência, da forma, da finalidade e do objeto. O motivo diz respeito às situações de fato ou de direito que justificam a edição do ato administrativo. A motivação, por outro lado, é a exteriorização dos motivos, inexigível no caso concreto, em razão da ausência de previsão legal.

28

O Estado do Rio Grande do Norte busca a realização de licitação para selecionar trabalho científico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica, visando à concessão de remuneração ao vencedor.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que o enunciado trata da seguinte modalidade de licitação:

- (A) diálogo competitivo;
- (B) concorrência;
- (C) concurso;
- (D) pregão;
- (E) leilão.

29

João é diplomata brasileiro, estando a serviço da República Federativa do Brasil no continente europeu, mais especificamente na Itália. João, após anos residindo em Roma/Itália, acaba por conhecer Joana, italiana, com ela se casando e tendo um filho, chamado Joaquim.

Nesse cenário, considerando as normas constitucionais que versam sobre a nacionalidade, é correto afirmar que Joaquim:

- (A) será considerado brasileiro naturalizado, desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioria absoluta;
- (B) será considerado brasileiro nato, desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioria absoluta, pela nacionalidade brasileira;
- (C) não é considerado brasileiro nato, tampouco naturalizado;
- (D) é considerado brasileiro naturalizado;
- (E) é considerado brasileiro nato.

30

João, juiz de direito no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, respondeu a processo administrativo disciplinar junto à Corregedoria local. Findo o processo, após a observância de todas as garantias constitucionais, a João foi aplicada a sanção de censura.

Nesse contexto, trinta dias após o julgamento, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tomou ciência dos fatos e, de ofício, verificou que seria necessário rever o que restou decidido no processo administrativo disciplinar.

Considerando as normas constitucionais que versam sobre o Conselho Nacional de Justiça e o caso concreto narrado, é correto afirmar que o Conselho Nacional de Justiça atuou de forma:

- (A) acertada, considerando que este pode, de ofício ou mediante provocação, rever os processos administrativos disciplinares instaurados em face de juízes, julgados há menos de um ano, em caso de absolvição ou de condenação com a imposição de sanções leves;
- (B) acertada, considerando que este pode, de ofício ou mediante provocação, rever os processos administrativos disciplinares instaurados em face de juízes, julgados há menos de um ano;
- (C) equivocada, considerando que, muito embora possa rever processos administrativos disciplinares instaurados em face de juízes, é necessário que o órgão seja provocado, o que não ocorreu;
- (D) equivocada, considerando que somente pode rever processos administrativos disciplinares instaurados em face de juízes em caso de absolvição e mediante provocação;
- (E) equivocada, considerando que a sua atividade correicional tem natureza subsidiária, pressupondo a inércia das instâncias locais.

Legislação Específica

31

Ana, estudante de direito, questionou o seu professor sobre quais seriam os legitimados à apresentação de proposta de Emenda à Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.

O professor respondeu, corretamente, que têm legitimidade:

- (A) 1/3, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; e o governador do Estado;
- (B) 1/3, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; o governador do Estado; e 3%, no mínimo, do eleitorado estadual, distribuídos, pelo menos, em 3/5 dos Municípios do Estado;
- (C) metade, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; o governador do Estado; e 5%, no mínimo, do eleitorado estadual, distribuídos, pelo menos, em metade dos Municípios do Estado;
- (D) metade, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; e mais da metade das Câmaras Municipais existentes no Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros;
- (E) 1/3, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; o governador do Estado; e mais da metade das Câmaras Municipais existentes no Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

32

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte apresentou projeto de lei à Assembleia Legislativa visando à criação do cargo de provimento efetivo XX, definindo o valor da respectiva remuneração e fixando suas atribuições. No âmbito da Assembleia Legislativa, três deputados estaduais apresentaram emendas ao projeto, visando a:

- (1) criar um segundo cargo, o YY, definindo as atribuições e fixando a respectiva remuneração;
- (2) aumentar o valor da remuneração proposta para o cargo XX; e
- (3) reduzir as atribuições do cargo XX.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, é correto afirmar, em relação às três emendas, que:

- (A) somente (2) e (3) são constitucionais;
- (B) somente (1) e (2) são constitucionais;
- (C) somente (2) é constitucional;
- (D) somente (3) é constitucional;
- (E) (1), (2) e (3) são inconstitucionais.

33

Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, foi designada para substituir Joana, ocupante de cargo de provimento em comissão, que se encontrava afastada das suas funções.

Nesse caso, consoante a sistemática estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 715/2022, é correto afirmar que Maria:

- (A) pode cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, fazendo jus a um acréscimo de 50% em sua remuneração regular, pago de modo proporcional, caso a substituição se dê por prazo superior a trinta dias;
- (B) pode cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, também fazendo jus à retribuição deste último, paga de modo proporcional, caso a substituição se dê por prazo superior a dez dias;
- (C) deverá ser afastada do seu cargo efetivo, considerando a expressa vedação de cumulação de cargos no âmbito do Poder Judiciário, o que não impediria Maria de cumular uma função de confiança;
- (D) poderia cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, no caso de vacância deste último, também fazendo jus à retribuição correlata, paga de modo proporcional;
- (E) pode cumular o cargo efetivo com o cargo em comissão, mas deve optar pela remuneração de um deles, com os benefícios correlatos.

34

Inês, servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN), foi questionada por uma colega em relação aos critérios a serem observados para o recebimento da denominada Gratificação de Atividade Externa (GAE).

Inês respondeu, corretamente, que a referida Gratificação:

- (A) está sujeita à incidência de contribuição previdenciária;
- (B) somente pode ser cumulada com o valor correspondente à ocupação de um cargo em comissão;
- (C) somente pode ser cumulada com o valor correspondente ao exercício de uma função comissionada;
- (D) corresponde a 20% do vencimento básico do servidor que faça jus, considerando sua posição na carreira;
- (E) é devida a todos os servidores que realizem atividades, em caráter temporário ou permanente, fora das dependências do TJRN.

35

João, servidor estável, ocupante de cargo de provimento efetivo no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, consultou o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dessa estrutura de Poder, a respeito da possibilidade, ou não, de passar para o padrão imediatamente superior na classe em que estava inserido. Ao final de suas pesquisas, João concluiu, corretamente, que a referida passagem:

- (A) pode ocorrer por meio da promoção funcional;
- (B) pode ocorrer por meio da ascensão funcional;
- (C) pode ocorrer por meio da progressão funcional;
- (D) pode ocorrer por meio da transposição de cargos;
- (E) não pode ocorrer, sob pena de burla à exigência constitucional de prévia aprovação em concurso público.

36

Determinada Comarca do Rio Grande do Norte contava com mais de uma unidade dos Juizados Especiais Criminais. Maria, servidora recém-empossada em cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário, foi lotada em uma dessas unidades. Ato contínuo, realizou pesquisa a respeito do órgão competente para promover a execução nos processos em que fosse aplicada pena alternativa, tendo concluído corretamente que essa atividade, à luz da Lei Complementar Estadual nº 643/2018, seria desenvolvida:

- (A) por cada unidade, nos processos a ela vinculados;
- (B) pela unidade definida pelo Pleno do Tribunal de Justiça;
- (C) pela unidade titularizada pelo juiz de Direito mais antigo na classe;
- (D) pela unidade designada pelo presidente do Tribunal de Justiça;
- (E) pela unidade titularizada pelo juiz de Direito mais antigo na carreira.

37

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, por seu órgão competente, recebeu solicitação para que fosse criada uma nova unidade judiciária em Comarca de entrância intermediária.

De acordo com a sistemática estabelecida na Lei Complementar Estadual nº 643/2018, devem ser considerados critérios de natureza:

- (A) exclusivamente forense, sendo que a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último triênio seja igual ou superior ao dobro da média de casos novos por magistrado em todas as unidades judiciárias de igual competência no Estado;
- (B) exclusivamente forense, sendo que a criação está condicionada a que o acervo existente na unidade a ser desmembrada seja igual ou superior ao dobro do acervo existente em todas as unidades judiciárias de igual competência da macrorregião;
- (C) demográfica e forense, sendo que, em relação a este último, a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último quinquênio seja igual ou superior ao dobro da média de casos novos por magistrado em todas as unidades judiciárias de igual competência no Estado;
- (D) demográfica e forense, sendo que, em relação a este último, a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último triênio seja igual ou superior ao dobro da média de casos novos por magistrado em algumas das unidades judiciárias de igual competência na mesma base territorial;
- (E) demográfica, temporal e forense, sendo que, em relação a este último, a criação está condicionada a que a estimativa de casos novos no último biênio seja igual ou superior ao dobro da mediana de casos novos por magistrado em algumas das unidades judiciárias de igual competência na mesma base territorial.

38

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN) iniciou discussões internas visando a instituir comissão de concurso para o provimento de cargos de juiz de Direito. Ao tomarem conhecimento da existência dessas discussões iniciais, grupos de direitos humanos encaminharam mensagens ao Tribunal solicitando que fosse informado se seriam adotadas medidas para que fosse assegurada a diversidade entre os integrantes da comissão.

Com base no Regimento Interno do TJRN, foi corretamente informado aos referidos grupos que a comissão:

- (A) observaria a paridade de gênero;
- (B) observaria a diversidade de gênero e a diversidade racial;
- (C) teria ao menos 30% dos seus integrantes do sexo feminino;
- (D) observaria a paridade racial, considerando negros e brancos;
- (E) seria composta a partir de sorteio, do qual pessoas dos distintos segmentos da sociedade poderiam participar.

39

Em determinada relação processual, na qual foram exauridos os recursos passíveis de serem interpostos no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), foi interposto recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal (STF).

À luz da sistemática estabelecida no Regimento Interno do TJRN, é correto afirmar, em relação ao juízo de admissibilidade do referido recurso, que:

- (A) a sua realização é de competência do Conselho da Magistratura do TJRN, sendo vedada a delegação;
- (B) a sua realização é de competência do vice-presidente do TJRN, sendo permitida a delegação;
- (C) não pode ser realizada no âmbito do TJRN, para que não seja usurpada a competência do STF;
- (D) a sua realização é de competência do presidente do TJRN, sendo permitida a delegação;
- (E) a sua realização é de competência do Pleno do TJRN, sendo vedada a delegação.

40

Maria encaminhou representação ao corregedor-geral de Justiça do Rio Grande do Norte, descrevendo a existência de irregularidades no âmbito de determinada unidade judiciária do interior do Estado.

Nesse caso, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, para se verificar a veracidade, ou não, do fato descrito por Maria, deve ser realizada uma:

- (A) correção extraordinária;
- (B) correção ordinária;
- (C) justificação;
- (D) inspeção;
- (E) auditoria.

Conhecimentos Específicos

41

Para Pierre Nora, a distinção entre memória e história é também a diferença entre incorporação e inscrição. Devido à dissolução das práticas de memória, esta perdeu o lugar do vivido, do habitual e do ritualístico em inúmeros grupos da sociedade, e, por isso, o autor entende que precisamos de lugares de memória.

Nesse sentido, os museus como instituição de memória centram sua função em:

- (A) preservar posições unívocas perante a história;
- (B) observar com neutralidade eventos históricos;
- (C) ser uma nova forma de articular história com as inúmeras esferas políticas de influência;
- (D) preservar memórias individuais alicerçadas no passado histórico;
- (E) preservar memórias individuais que sobressaem sobre a coletiva.

42

A coleção é definida por seu valor simbólico, na medida em que o objeto perde sua utilidade e valor para se tornar portador de sentido, de significado. Porém, nenhum atributo de sentido é imanente, sendo em vão buscar no objeto o seu sentido.

Sendo assim, a coleção é formada por meio de:

- (A) uso racional do vocabulário controlado;
- (B) informação intrínseca de cada objeto;
- (C) reunião de objetos relativos a uma sociedade ou grupo humano;
- (D) reunião de objetos que formem um conjunto (relativamente) coerente e significativo;
- (E) reunião de objetos diversos acumulados por uma determinada família, pessoa física ou jurídica.

43

Aloísio Magalhães, na Funarte, apoiou-se na moderna Antropologia para tombar o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador (BA), na década de 1980, como forma de proteger e garantir:

- (A) seu espaço;
- (B) sua atividade;
- (C) seus frequentadores;
- (D) sua natureza;
- (E) seu entorno.

44

Considerando que os museus trabalham a seleção e a incorporação de peças, o objeto museológico é colocado em um sistema de informações instituído para agrupar entidades individualizadas e lhes dar sentido. Dessa forma, o objeto entra no processo de enquadramento teórico dos procedimentos realizados pela cadeia operatória de salvaguarda e comunicação.

Tais procedimentos são:

- (A) levantamento – identificação – análise – comunicação e conclusão;
- (B) organização – investigação – preservação e comunicação;
- (C) preparação – coleta – consolidação e análise – extroversão dos dados;
- (D) mapeamento – categorização – gestão de dados e comunicação;
- (E) concepção – organização – aplicação – avaliação e comunicação.

45

O Livro de Tombo tem uma característica cartorial, ou seja, só é objeto museal o que passar por aquelas páginas. Esse livro conta a história da patrimonialização dos itens de forma sucinta. Museus antigos, de pequeno porte ou com pessoal administrativo reduzido, podem ter apenas um Livro de Tombo como registro de objeto.

A partir do exposto, compreende-se que o Tombo é um:

- (A) documento administrativo e sistema de recuperação de informação;
- (B) instrumento de classificação de objetos e documento administrativo;
- (C) instrumento de sistematização de coleções e documento administrativo;
- (D) indexador de conteúdo e documento administrativo;
- (E) inventário.

46

Uma questão recorrente em diversas cartas patrimoniais é a salvaguarda das relações entre educação, ciência e cultura e a proteção por meio do inventário. Cada carta se relaciona com um aspecto do patrimônio e é formulada conforme o contexto de sua época.

No entanto, todas foram elaboradas como:

- (A) questões que aprofundam a educação patrimonial como forma de preservação;
- (B) recomendações delineadas por órgãos nacionais e internacionais com vistas a nortear a proteção aos valores patrimoniais;
- (C) recomendações internacionais que incentivam o inventário e o colecionamento como formação de patrimônio;
- (D) constatação de problemas decorrentes do crescimento da população mundial e da necessidade de educação patrimonial;
- (E) formas de ressaltar o caráter integral do patrimônio cultural e paisagístico.

47

A Unesco realizou grande investimento pós-Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, no aprofundamento dos estudos teóricos e práticos sobre museus. Tal investimento se revela na realização de três seminários que terminaram com a publicação de uma declaração que é a reflexão do conjunto dos profissionais e que servem como um norte no trabalho em museus.

Um ponto fundamental da declaração do Rio de Janeiro, em 1958, foi:

- (A) mudar o foco da museologia, do objeto museológico para a comunidade;
- (B) realizar uma crítica à antiga museologia, enfatizando uma nova museologia de caráter social;
- (C) enfatizar o caráter educacional das exposições e dos museus e a importância da formação profissional;
- (D) enfatizar a função educativa dos museus com relação ao território, patrimônio e comunidade;
- (E) enfatizar o patrimônio cultural como instrumento e agente de transformação social.

48

O Código de Ética para Museus estipula padrões mínimos para a prática profissional e atuação dos museus e de seu pessoal. O código dá linhas guias para aquisição, proteção e alienação de acervos, para que os museus mantenham acervos em benefício da sociedade.

Sobre a relação entre profissionais dos diversos campos correlatos aos museus, como galerias de arte e profissionais da Antropologia, entre outros, o Código salienta que:

- (A) no caso de formação privada de coleção, o profissional de museu pode estabelecer um acordo entre o museu e o particular;
- (B) os profissionais de museus podem participar indiretamente da compra ou venda, com fins lucrativos, de elementos do patrimônio cultural ou natural;
- (C) é permitido aos profissionais de museus ter outro emprego remunerado ou aceitar comissões externas ao museu;
- (D) no caso de um objeto alienado, os profissionais não podem dar um destino social ou mesmo particular ao objeto;
- (E) na eventualidade da ocorrência de conflito de interesses entre um particular e um museu, os interesses do particular devem prevalecer.

49

O método de catalogação em museus consiste em analisar as partes e os elementos dos documentos/objetos.

A assinatura da obra de arte e o material e a técnica utilizados pelo autor são considerados, respectivamente, como caracteres:

- (A) históricos e estilísticos;
- (B) intrínsecos e intrínsecos;
- (C) extrínsecos e extrínsecos;
- (D) manufatureiros e procedência;
- (E) raridade e autenticidade.

50

No escopo do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, foram criados livros de registro de saberes, de lugares, de celebrações e de formas de expressão. Os livros funcionam como um inventário de bens culturais.

O decreto também dá providências sobre meios de salvaguarda e proteção desses bens, como:

- (A) o tombamento dos bens, de forma que permaneçam como estão ao longo do tempo;
- (B) o registro em si, que já permite a preservação, visto que impede a deterioração do entorno, o que mantém o bem cultural inalterado;
- (C) a proteção do bem e das condições materiais que permitem sua existência, além da ampliação de seu acesso;
- (D) a seleção do uso do bem cultural, permitindo que somente aqueles que se utilizam dele e conhecem o bem se sintam representados;
- (E) manter intocadas as condições de uso do bem para que não sofra influências externas e, assim, preserve sua essência.

51

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, elaborado pelo advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade, tendo como base conceitual o anteprojeto de Mário de Andrade, cria o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), determina suas atribuições, define o que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional e sua proteção por meio de:

- (A) inventário;
- (B) tombamento;
- (C) colecionamento;
- (D) ações educativas;
- (E) ações preventivas de proteção.

52

Museus e centros de memória devem ter um programa de acessibilidade, inserido no plano museológico, que promova a inclusão cultural de pessoas com deficiência. Tanto esse programa quanto o plano passam por reelaborações feitas aos poucos, de tempos em tempos, conforme, por exemplo, as necessidades do museu, das exposições e das mostras.

Tal programa de acessibilidade deve ser elaborado como:

- (A) documento que tem por base as instalações e a expografia da instituição;
- (B) planejamento das instalações de acordo com as especificidades de cada exposição;
- (C) organização dos espaços dentro da instituição;
- (D) documento periodicamente revisado para garantir a acessibilidade;
- (E) mediação e comunicação acessível a todos.

53

A documentação museológica (como uma ficha catalográfica, por exemplo) precisa ser elaborada considerando o público interno e externo da instituição.

O pesquisador documentalista, então, ao documentar uma peça, deve:

- (A) analisar e detalhar as informações intrínsecas e extrínsecas das peças;
- (B) municiar a curadoria de acervo do museu de informação;
- (C) sintetizar as informações sobre o objeto;
- (D) organizar dossiês sobre a peça, que depois se tornam sistema de recuperação de informação;
- (E) incrementar as formas de localização da peça.

54

Museus têm caráter educativo desde seu início. No entanto, essas instituições produziram exposições tidas como civilizadoras, que distanciavam o público do museu.

Em meados do século XX, no campo das artes, o Masp (Museu de Arte de São Paulo) começa a se relacionar com o público de uma forma inovadora, usada até hoje, que é o(a):

- (A) interatividade;
- (B) educação patrimonial;
- (C) exposição temática;
- (D) mediador/monitor;
- (E) totem descritivo.

55

A política de gestão de acervo é documento fundamental e serve como orientação para os profissionais do museu. Trata-se de um documento público e registrado, que estabelece os parâmetros de aquisição, preservação, uso e descarte do acervo.

Nele, a instituição:

- (A) assume a organização de bens históricos de seu entorno;
- (B) assume a salvaguarda do seu acervo perante a sociedade;
- (C) assume a responsabilidade social com o seu entorno;
- (D) reconhece a interlocução do descarte com a população;
- (E) dá preferência ao descarte de objetos para a população.

56

O museu é um espaço dialógico e a pesquisa de perfil é fundamental para conhecer seu público. Existem inúmeras metodologias para entender e saber quem é o público (*net promoter score*, bilheteria, questionário), porém, todas precisam seguir um passo a passo, que é:

- (A) levantamento – identificação – análise – conclusão;
- (B) organização – investigação – análise – comunicação;
- (C) preparação – coleta – consolidação e análise – extroversão e uso dos dados;
- (D) mapeamento – categorização – gestão de dados;
- (E) concepção – organização – aplicação – avaliação.

57

O Programa de Acervos é fundamental para o desenvolvimento dos bens musealizados, pois as ações a serem planejadas em torno do acervo do museu estão diretamente vinculadas a todos os outros programas do Plano Museológico. O Programa de Acervos pode ser traduzido por um conjunto de diretrizes que orientam, por exemplo, a política de aquisição e descarte, o registro, a catalogação, a conservação-restauração, o compartilhamento de informações e o acesso às coleções do museu.

Sobretudo, gestão de acervos implica a implementação de uma prática de gerenciamento baseada:

- (A) na tipologia do acervo e com base no interesse do público do museu;
- (B) no diagnóstico da situação atual da instituição e com base no interesse da Direção do museu;
- (C) nos recursos financeiros e com base no interesse dos profissionais do museu;
- (D) no planejamento conceitual do museu e na análise do ambiente em que está inserido;
- (E) no tamanho do acervo, tipologia e com base no interesse dos doadores para o museu.

58

A acepção atual ou moderna de museu como instituição pública surgiu, precisamente:

- (A) na Grécia antiga. A palavra *Mouseion* vem de templo às musas, filhas de Zeus com Mnemosine, divindade da memória;
- (B) no Renascimento, resultado do espírito científico, e com a expansão marítima, quando o colecionismo se tornou moda em toda a Europa;
- (C) na conjuntura da Revolução Francesa, em fins do século XVIII, com a formação dos Estados nacionais;
- (D) nas ideias da Semana de Arte Moderna de 1922, que valorizava a criação de uma identidade nacional no Brasil;
- (E) nos chamados Gabinetes de Curiosidades, formados por estudiosos que reuniam objetos e seres exóticos, seguindo as concepções científicas do século XVII.

59

Os primeiros museus no Brasil datam do século XIX. Entre as iniciativas culturais de D. João VI está a criação, em 1818, do Museu Real, atual Museu Nacional, considerada a primeira instituição científica do país.

Nesse cenário, ao lado do Museu Real, os dois importantes museus etnográficos existentes até hoje e que se destacam são:

- (A) Museu do Exército (1864) e Museu da Marinha (1868);
- (B) Museu Histórico Nacional (1922) e Museu Nacional de Belas Artes (1937);
- (C) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro (1838) e “Casa dos Pássaros” (1784);
- (D) Museu Paranaense (1876) e Museu do Índio (1953);
- (E) Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) e Museu Paulista (1895).

60

Peter Van Mensch, grande teórico de Teoria Museológica no Icom e professor da *Reinwardt Academy – Museology Department of the Amsterdam University*, identifica três matrizes para a abordagem dos objetos museológicos como portadores de informações necessárias para ações de preservação, pesquisa e comunicação, as quais redimensionam o papel da documentação dentro dos museus.

São elas, respectivamente:

- (A) propriedades físicas; funções e significados; história;
- (B) nome do objeto; classe; categoria;
- (C) título do objeto; descrição; assuntos;
- (D) referente; características do objeto; termo;
- (E) significado; características do objeto; conceito.

61

Cada bem cultural requer cuidados específicos com base na sua natureza material, na sua fragilidade, no seu estado de conservação e no seu valor patrimonial. Todo tipo de acervo está sujeito a riscos diversos, mas cada material apresenta vulnerabilidade a determinados fatores. No contexto de avaliação de riscos e da conservação preventiva, analise a lista de acervo, considerando os principais fatores de risco.

Lista de acervo:

- I. Coleção de fotografias em papel
- II. Coleção de esculturas em metal
- III. Coleção de manuscritos em papel
- IV. Coleção de bandeiras e flâmulas em tecido
- V. Coleção de porcelanas

Principais fatores de risco:

- P. vulnerabilidade ao ataque de pragas em ambiente com limpeza insuficiente e índices de temperatura e umidade elevadas;
- Q. vulnerabilidade à exposição direta à luz (natural e artificial);
- R. vulnerabilidade ao manuseio ou transporte incorreto durante o período expositivo, ocasionando fratura;
- S. vulnerabilidade a danos com vincos ou perda de material no caso de acondicionamento incorreto;
- T. vulnerabilidade à corrosão em ambientes com índices de umidade relativa elevada.

A correlação correta entre o acervo listado acima e os principais fatores de risco a serem detectados é:

- (A) II-P, III-Q, I-R, V-S, IV-T;
- (B) I-P; II-Q, III-R, IV-S, V-T;
- (C) V-P, IV-Q, III-R, II-S, I-T;
- (D) III-P, I-Q, V-R, IV-S, II-T;
- (E) IV-P, II-Q, I-R, III-S, V-T.

62

As atividades de higienização, manuseio e acondicionamento são rotineiras e estão relacionadas com a gestão, preservação e segurança do acervo dentro dos museus, consideradas imprescindíveis para prolongar a vida útil dos objetos museológicos.

Para objetos em suporte em papel como documentos, gravuras, fotografias, desenhos, jornais, cartas, livros, revistas, mapas etc., a higienização, o manuseio e o acondicionamento adequados são, respectivamente:

- (A) remoção de grampos, cliques e adesivos; as obras em papel devem ser encadernadas para facilitar o manuseio; emoldurar fotografias para facilitar o acondicionamento;
- (B) higienização mecânica com uma boneca de gaze e pó de borracha ou trincha macia para remoção da sujidade; obras em papel nunca devem ser dobradas; guardar sobre superfície plana em embalagens de pH neutro;
- (C) limpeza com álcool, benzina ou qualquer outro produto de limpeza; toda obra em papel deve ser manuseada e acondicionada com a face voltada para cima; não guardar em ambientes que recebam luz solar direta;
- (D) a limpeza de uma fotografia deve ser feita com a emulsão voltada para cima; manusear a obra na posição vertical; realizar diversas reproduções da matriz original;
- (E) limpeza com trincha macia sempre do centro para as bordas; as obras encadernadas devem ser manuseadas cuidadosamente; guardar empilhadas e dobradas em folhas de pH neutro para otimização do espaço da reserva técnica.

63

Entre os visitantes, usuários e funcionários de museus, pode haver pessoas com deficiência (PCD). É indispensável superar as barreiras físicas, sensoriais e cognitivas que impedem o pleno acesso aos museus e ao patrimônio cultural, como também é preciso vencer as barreiras de natureza social, econômica e cultural, ampliando o acesso dos diversos públicos aos seus serviços e produtos.

Muitas das limitações ao acesso de PCD se devem a uma falha:

- (A) do orçamento dos museus;
- (B) das tecnologias nos museus;
- (C) dos espaços dos museus;
- (D) da direção dos museus;
- (E) dos visitantes dos museus.

64

As questões técnicas do processo de concepção e montagem de uma exposição são inúmeras e de grande complexidade, pois envolvem diversas áreas na construção da experiência interativa, criativa e sensorial do público. Tal processo de mediação cultural, ou seja, entre a pesquisa, o museu, o patrimônio cultural e o público, configura-se como um grande conjunto de atividades interdependentes, resultado do sistema de comunicação museológica. Partindo da ideia síntese de que exposição é conteúdo e forma e de que a forma está intimamente associada ao conteúdo, sendo a sua materialização, correlacione as atividades a seguir, considerando I – para concepção museológica e II – para concepção expográfica.

- P. Discussão do tema da exposição;
- Q. Criação de áreas conceituais em plantas arquitetônicas no espaço físico disponível;
- R. Concepção das vitrines e mobiliário;
- S. Seleção dos objetos museológicos e execução dos laudos técnicos dos estados de conservação;
- T. Designer da exposição.

A correlação correta é:

- (A) R-I, S-I, T-II;
- (B) P-II, R-II, S-I;
- (C) Q-I, R-II, S-II;
- (D) Q-II, R-I, T-II;
- (E) P-I, Q-I, T-II.

65

Entre um dos princípios do Código de Ética para museus está que os museus têm o importante dever de desenvolver o seu papel educativo, atraindo e ampliando seus públicos. Interagir com a comunidade e promover o seu patrimônio é parte integrante do papel educativo dos museus.

Nesse sentido, é correto afirmar que:

- (A) os museus devem autorizar o uso pessoal de seus acervos, conforme interesse da gestão e do cidadão ou visando fins lucrativos para geração de renda;
- (B) os museus devem garantir que as informações de suas exposições estejam bem fundamentadas e levem em consideração os grupos e as crenças nelas representados;
- (C) as exposições de objetos sensíveis ou sagrados devem respeitar normas profissionais e independem dos interesses e crenças da comunidade de origem;
- (D) os museus devem incentivar a pesquisa e as publicações por qualquer meio em prol da difusão do seu acervo, independentemente das normas institucionais;
- (E) os museus devem evitar mostrar objetos de origem duvidosa ou sem procedência atestada, com exceção para bens culturais de extrema raridade.

66

Segundo a aplicação adaptada do esquema classificatório proposto pelo Thesaurus para Acervos Museológicos, a classificação de cada objeto se fundamenta no critério de função:

- (A) original ou utilitária primária;
- (B) estética ou estilística;
- (C) monetária ou patrimonial;
- (D) cognitiva ou lógica;
- (E) psicológica ou afetiva.

67

Com base na Lei nº 11.904/2009, que estabelece o Estatuto dos Museus, as atividades da cadeia operatória que fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências, são:

- (A) conservação e restauração;
- (B) exposições e publicações;
- (C) estudo e pesquisa;
- (D) comunicação e eventos;
- (E) conservação e exposições.

68

A partir do pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo nos anos 1970, se intensificaram os debates em torno do papel dos museus nas sociedades contemporâneas. Em 1972, a Unesco promoveu a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, evento que constituiu um marco nesse processo de renovação da Museologia.

Os principais antecedentes desse evento são:

- (A) compromisso dos museus com uma concepção de cultura universal e a ideia de identidade nacional;
- (B) movimentos de negros por direitos civis nos EUA, pelo interesse ao patrimônio natural mundial, em face do processo de colonização da África;
- (C) luta de movimentos sociais de democratização da cultura, pela afirmação dos direitos de minorias e da memória de grupos sociais específicos;
- (D) nacionalização da universidade, controle do Estado sobre a cultura, recusa do imperialismo das grandes potências;
- (E) processo de globalização e ideia de hierarquização da cultura que homogeneizou a noção de patrimônio, em escala mundial.

69

A Nova Museologia redefiniu o papel do museu, tendo como objetivo maior:

- (A) as coleções;
- (B) o público usuário;
- (C) os profissionais de museus;
- (D) a ciência e a educação;
- (E) os museus privados.

70

Considerando o contexto de origem das ideias do uso educacional dos museus no Brasil, é INCORRETO afirmar que:

- (A) nessa aproximação museu e escola, o museu tem o formato de um espaço de reflexão e debate público, museu-fórum, espaço autônomo;
- (B) nessa aproximação museu e escola, sua origem está associada ao movimento dentro do conceito da “Escola Nova”, ainda nos anos 1930;
- (C) nesse contexto, destaca-se o papel de Roquette-Pinto, com a criação da Divisão de Educação do Museu Nacional;
- (D) nesse contexto, o museu é percebido como um recurso importante na potencialização dos métodos de ensino formal; processo de escolarização dos museus;
- (E) nesse contexto, ressaltam-se as relações entre escolas e museus como sócios solidários na tarefa educativa e o museu como instituição de educação extraescolar.

Discursivas

1

De acordo com o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), sobre o trabalho em diversos museus, sejam científicos ou não, memoriais ou centros de memória, é necessário ter em mente questões técnicas relativas ao acervo.

Assim sendo, sem se deter na diversidade de objetos ou documentos, disserte sobre a formação, a documentação e o tratamento técnico de acervos museológicos.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

2

Nos últimos anos, o número de desastres que atingiram importantes espaços de preservação e memória brasileira vem aumentando, ocasionando perdas irreparáveis, como, por exemplo: os trágicos incêndios do Museu da Língua Portuguesa em 2015, o do Museu Nacional em 2018 e os da Cinemateca Brasileira em 2016 e 2021. O Museu Casa do Pontal foi inundado oito vezes, após fortes chuvas na cidade do Rio de Janeiro, em 2020. E, por fim, os ataques às sedes do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, em 8 de janeiro de 2023, danificando obras de arte e bens de valor inestimável.

O risco envolve uma situação de perigo, que pode ocasionar diversos níveis de perda e de efeitos negativos. O risco não está ligado apenas aos fatores físicos relacionados ao território, mas também aos fatores socioculturais e econômicos. A gestão de risco envolve diferentes áreas e campos de atuação e tem o objetivo de planejar medidas de prevenção, minimizar efeitos negativos e responder às situações de emergência, indicando medidas a serem tomadas durante e após as situações de desastres.

Quais são os agentes de risco que os museus e seus acervos podem enfrentar?

Que ações devem ser tomadas para o controle e o tratamento dos riscos?

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

RASCUNHO – Questão 1 Discursiva

1

5

10

RASCUNHO

15

RASCUNHO – Questão 2 Discursiva

1

5

10

RASCUNHO

15

Realização

